

COMUNIDADES RURAIS E RIBEIRINHAS DA BACIA DO RIO DAS MORTES, MATO GROSSO: OS POSSEIROS E A REFORMA AGRÁRIA¹

Maíra Bueno Pinheiro – USP

mairapinheiro@hotmail.com

Este trabalho teve como objetivo entender a realidade das comunidades rurais e ribeirinhas encontradas em quatro municípios do nordeste mato-grossense, a partir da resistência e do modo de vida dos posseiros que hoje estão inseridos nos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária.

O presente artigo foi escrito a partir de um trabalho de campo de cerca de 20 dias – realizado entre os meses de abril e maio deste ano -, no âmbito de um projeto de extensão, no qual se pretendia aproximar comunidades ribeirinhas e comunidades indígenas, sensibilizando-as para a gestão da bacia hidrográfica do Rio das Mortes.

O trabalho de campo teve pelo menos duas finalidades distintas: realizar os levantamentos básicos, necessários ao conhecimento da região e estimular o envolvimento dos sujeitos sociais à gestão da bacia hidrográfica, através da apresentação do projeto, visando à mobilização.

O diálogo com os diversos sujeitos abrangeu uma apresentação do projeto, num ritmo e num detalhamento que dependia do interesse da pessoa e das informações que ela aparentava deter; e uma conversa, que pretendia captar a trajetória do nosso interlocutor e sua família, a história da comunidade em que ele se inseria, a situação atual do modo de vida e da atividade econômica, a forma de uso da água, destino do esgoto e do lixo, uso de energia, e os aspectos relacionados à situação ambiental.

Além dessas informações, nas entrelinhas, era preciso captar o potencial de mobilização daquelas pessoas, sua inserção na comunidade, sua sensibilização em relação à gestão do ambiente rural para a garantia da água, que se pretendia aguçar.

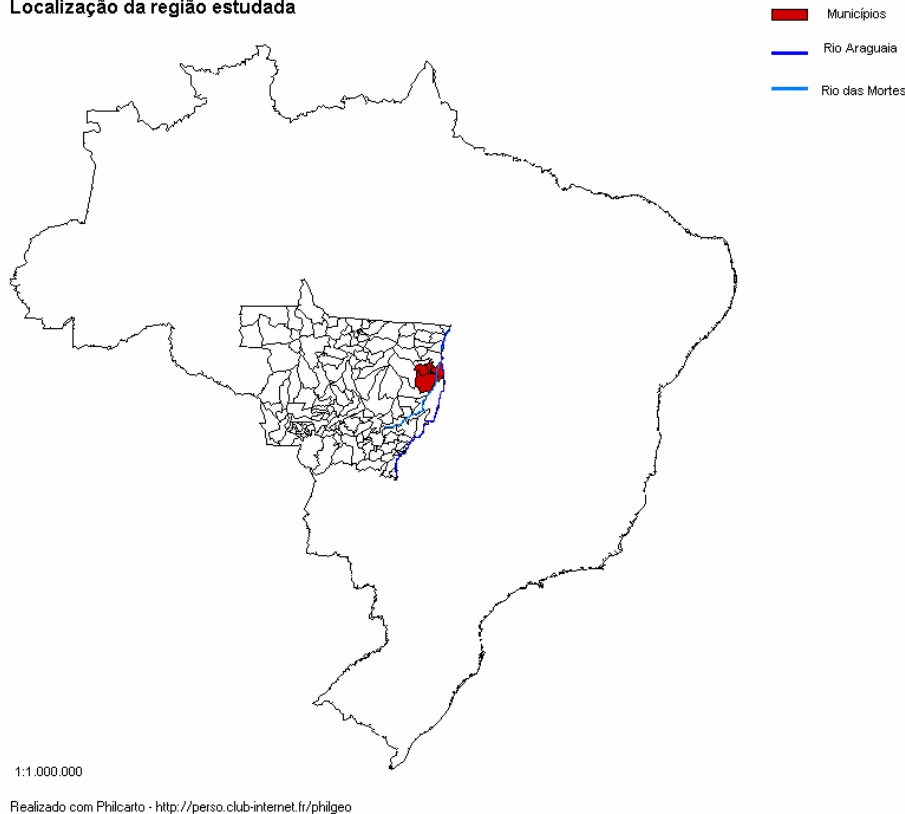
Ribeirão Cascalheira, Bom Jesus do Araguaia, Serra Nova Dourada e Novo Santo Antônio são pequenos municípios situados na bacia hidrográfica do Rio das Mortes, junto ao baixo curso deste rio, principal afluente do Rio Araguaia, conforme mapa de localização a seguir. Abaixo também há uma tabela, com informações atuais dos municípios, para uma breve caracterização, quanto ao seu porte.

Município	População Estimada em 01/07/2005 (hab.)	Pessoas residentes/ pessoas residentes com rendimento * (hab.)	Rendimento nominal rendimento médio mensal* (R\$)	Área (Km2)
Ribeirão Cascalheira	7.633	5.712/2.688	472,99	11.356
Bom Jesus do Araguaia	4.554	2.890/1.336	502,97	1.480
Serra Nova Dourada	1.295	799/414	676,58	4.279
Novo Santo Antônio	1.168	942/322	275,50	4.368

* pessoas residentes com 10 anos ou mais de idade, com base no censo de 2000, para municípios vigentes em 2001.

¹ Reflexão a partir de trabalho de campo realizado como parte integrante do projeto intitulado *Mobilização das Comunidades Indígenas e Ribeirinhas – Gestão da Bacia do Rio das Mortes*, realizado pela Associação Xavante Warã, em desenvolvimento.

Localização da região estudada



A origem destes municípios está intimamente ligada à ocupação por posseiros a partir de meados do século passado. Foram imigrantes da Região Nordeste do país, de Minas Gerais, e, sobretudo do sul do Pará, de Goiás, e do atual Tocantins, que povoaram as terras drenadas pelo Rio das Mortes.

Essas famílias de camponeses faziam “*retiro*” do gado junto às vastas várzeas deste rio e de seus afluentes (Mureré, São João, São Joãozinho, Boqueirão, Gengibre, Piabanha, Gameleira, etc.). Esta “*época das gerais*”, conforme contam nossos interlocutores mais idosos, corresponde a essa migração sazonal das famílias que deixavam as regiões mais secas para manterem-se, a si e aos animais, providos de água e alimento.

As famílias que viviam dispersas nas gerais encontraram um território de domínio ancestral do povo Xavante, índios com os quais, de alguma forma, conviveram.

Ao longo dos anos (décadas de 40, 50 e 60) houve um processo de fixação dessa população das gerais, movida pela busca melhores condições de vida.

Com a criação da SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia em 1966, os camponeses/posseiros/ribeirinhos que então habitavam a região, viram suas posses ameaçadas por fazendeiros que chegavam ali dizendo serem os donos de terras que nunca nem tinham visto.

Com os estímulos da SUDAM proprietários do Sudeste tornaram-se latifundiários, cujas fazendas - tais como a Marruá, a Bordon, a Macife - se sobrepunham às áreas de posse.

Os encarregados dessas fazendas ao chegarem na região e constatá-las ocupadas, pressionavam os posseiros a venderem as terras, a baixos preços e sob violência. A violência foi uma marca da longa disputa fundiária da região, em que os latifundiários tinham o Governo Militar e a Polícia como aliados contra os posseiros. Foram diversas ameaças, agressões, mortes e prisões dos posseiros e seus

Líderes, bem como de religiosos que os defendiam. Muitos documentos consultados nos Arquivos da Prelazia de São Félix do Araguaia atestam os conflitos da época, bem como o trabalho de OLIVEIRA (1997) que explica como foi o processo de ocupação mato-grossense.

A partir dos anos 80 o movimento de resistência dos posseiros conseguiu a desapropriação das terras dos grandes projetos agropecuários, muitos já abandonados por terem fracassado. As áreas desapropriadas, já ocupadas por essas comunidades rurais tornaram-se Projetos de Assentamento. Trata-se na verdade de processos de regularização fundiária, junto ao INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e ao INTERMAT (Instituto de Terras de Mato Grosso), que figuram oficialmente como assentamentos de reforma agrária.

Para os posseiros este mecanismo permitiu acesso aos créditos da reforma agrária, ao mesmo tempo em que as suas posses formadas tiveram, de modo geral, suas dimensões respeitadas.

É preciso ressaltar que há nos próprios Projetos de Assentamentos casos em que as terras são bem maiores que a dos demais, sobretudo nas extensas fazendas Macife I e II, área imensa de posses que o INCRA não dividiu, muitos interlocutores disseram ainda ser possível assentar diversas famílias ali.

Assim, os termos comunidades rurais e ribeirinhas, assentados, sertanejos, posseiros e parceiros designam o mesmo sujeito nesta região de estudo. Na verdade estes PAs são o resultado do cadastramento junto ao INCRA de posses e posseiros que já ocupavam terras, que tiveram então a regularização fundiária de suas terras. Disseram alguns posseiros antigos que após a desapropriação das terras houve novas famílias de “*chegantes*”, mas não é possível precisar com as informações de campo, se estas também integraram a regularização fundiária (em posses mais recentes) ou se, de fato, foram assentadas.

Para LEONEL os ribeirinhos podem ser definidos a partir de uma ampla diversidade de situações socioeconômicas que se desdobram da atividade de pesca na Amazônia, em suas palavras: “*são a diversificação da produção, a combinação da pesca com o extrativismo e a agricultura, e a cultura de autoconsumo e auto-sobrevivência que caracterizam o ribeirinho e o diferenciam do pescador artesanal semiprofissional, que tem na pesca sua atividade principal*”, e ainda “*o beiradeiro ou ribeirinho é rural, sua moradia são as vilas e colocações nas margens dos rios, seu acesso à renda monetária e ao mercado é menor do que o pescador especializado. O ser ribeirinho é um modo de vida interior amazônico*”. (LEONEL; 998:27)

Em seu estudo sobre os conflitos sociais a partir dos rios amazônicos, este autor cita Petreire, que – baseado em estudos das antropólogas Lourdes Furtado e Berta Ribeiro – faz uma espécie de tipologia dos pescadores ribeirinhos, ou seja, aqueles que praticam a chamada pesca difusa. O primeiro tipo é o pescador-lavrador, que por estar próximo a solos amazônicos férteis da vazante têm mais disponibilidade de dedicar-se à agricultura. Esses ribeirinhos desenvolvem uma atividade pesqueira eventual, para si próprio, e por vezes gerando um excedente. O segundo tipo corresponde ao pescador-morador, que realiza uma pesca profissional, dependendo, portanto dos rendimentos advindos dela. (LEONEL; 1998:28).

Nos municípios estudados é difícil distinguir a existência destes dois tipos de ribeirinhos, dos que são hoje esses assentados/parceiros possuidores de pequenos lotes da reforma agrária: há comunidades rurais constituídas sempre nos arredores de algum curso da água, e que tem seu modo de vida bastante ligado a eles, mas dedicam-se sobretudo à criação de gado, de modo que se pode identificar, nesta região mato-grossense a existência de um ribeirinho-criador de gado.

Naqueles rios mais caudalosos, em que as cheias inundam extensas várzeas, como o Rio Mureré (em Serra Nova Dourada e Bom Jesus do Araguaia) e o próprio Rio das Mortes (em Novo Santo Antônio e Ribeirão Cascalheira), parte das terras e das estradas ficam por seis meses submersas. Em comunidades como Berrante e Barreira Amarela (ambas em Ribeirão Cascalheira) e a cidade de Novo Santo Antônio, a navegação fluvial é um meio de deslocamento bastante usual, sobretudo na época das cheias, e a pesca é uma importante fonte de alimento.

Outros rios menores que cortam o cerrado possuem área e período de cheias menores, mas também influenciam na dinâmica dos cultivos e do gado. Há ainda rios temporários, em que a oferta de água é escassa no período da estiagem.

Além disso, é possível perceber nas falas dos nossos interlocutores que o povoamento dos quatro municípios, começou junto aos rios - das Mortes e seus afluentes – com o pastoreio do gado nas gerais as famílias foram penetrando as terras mais distantes através dos córregos e ali acabaram se estabelecendo. A vida dessas famílias sempre esteve ligada à criação de gado e ao cultivo de gêneros alimentares.

A liderança de Dom Pedro Casaldáliga, professando a Teologia da Libertação, à frente da Prelazia de São Félix do Araguaia foi essencial para organizar a resistência dos posseiros nas terras.

Com o estímulo da Prelazia começaram a se formar os “*patrimônios*”, pequenas vilas, onde se construía a escola e a igreja, ou seja, onde era possível reunir as famílias que estavam espalhadas nas posses, e organizar os posseiros ameaçados pelo latifúndio.

Essas vilas, que depois da desapropriação das terras das fazendas figuraram como a “vila do assentamento”, hoje correspondem à área urbana dos municípios, que num primeiro momento chegaram a ser distritos, depois e depois emanciparam-se, ou municipalizaram-se, e os patrimônios são a sede municipal.

As cidades são um aglomerado com modo de vida-rural. Com exceção de Ribeirão Cascalheira, emancipado há mais longa data (1989), Serra Nova Dourada, Bom Jesus Cascalheira e Novo Santo Antônio emanciparam-se no final da década de 90 e ainda conservam casas de adobe e teto de palha, com luz elétrica de gerador recém instalada, ruas de terra, roças nos quintais. Ao redor do pequeno núcleo populacional, estão os lotes, onde os moradores da cidade mantêm suas posses. Os laços de solidariedade são intensos, existe uma proximidade típica dos vilarejos rurais.

Certamente abertura da BR 158, junto ao divisor de águas representado pela Serra do Roncador, principal estrada da região, contribui para o crescimento dos aglomerados, mas o surgimento do patrimônio está ligado à criação das comunidades em torno da escola e da igreja e das demais ações empreendidas pela Prelazia de São Félix do Araguaia para melhorar a vida daquelas pessoas. A necessidade de colocar os filhos na escola ficou clara nos relatos do estabelecimento das famílias “*na rua*”, como dizem.

Não fosse a instalação da administração municipal e os cargos advindos do funcionalismo público que emprega grande parte dos habitantes dos aglomerados, não daria para notar que estávamos numa área urbana, ou mesmo que se tratasse de um município, que mais parece mesmo com uma agrovila. Alguns interlocutores falaram que como as próprias áreas urbanas estão dentro de terras do INCRA a cobrança de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) é indevida, mas mesmo assim alguns municípios o fazem, o que também não gera muita renda, por serem muito poucas essas propriedades.

Podemos dizer que a atividade econômica básica dos municípios é a pecuária. As propriedades são pequenas, o que no Mato Grosso corresponde a lotes de 100 hectares ou 22 alqueires, onde se faz a cria do gado para a venda de bezerros e planta-se para o consumo familiar arroz e milho. A venda do bezerro vem sendo feita com dificuldade. Todos os pequenos produtores, como se autodenominam os camponeses, reclamaram do baixo preço em que têm vendido seus bezerros, e mesmo assim, com dificuldade. Os grandes compradores são os fazendeiros, que engordam o gado, ou os frigoríficos, no caso da venda da vaca de descarte.

A produção de leite vem sendo estimulada pelo Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), no entanto o gado é do tipo Nelore, não sendo o mais apropriado para a pecuária leiteira. A produção de leite para comercialização tem se dado mais nos assentamentos que já se encontram nas bacia vizinha, do Rio Xingu (PA Maria Teresa, Ribeirão Cascalheira) e na grande bacia do Rio Araguaia (PA Dom Pedro, São Félix do Araguaia).

Muito marcante na paisagem foi, sobretudo a devastação do cerrado, que nos acompanhou durante toda a viagem. Os córregos estão rodeados de pastagens que foram plantadas após a derrubada e a queima da vegetação das matas do cerrado que recobria o lugar. Foi possível ver áreas mais vegetadas que escaparam à devastação, ou e de poucas capoeiras surgidas depois do abandono de pastagens.

A mata ciliar existe, mas os córregos em que é possível avistá-la mais expressivamente são poucos, bem como junto às nascentes, que é possível supor a localização pelas cabeceiras. Muitos pequenos córregos foram represados e estão sendo assoreados pela terra arrastada das pastagens pela chuva. Propriamente o Rio das Mortes tem mata ciliar mais densa, conforme pudemos notar nos trechos em que navegamos o rio.

O desmatamento foi causado, sobretudo pela abertura das pastagens, e isso se dá nas fazendas e nas pequenas propriedades também. Apesar de perceberem o assoreamento dos rios, os posseiros não concebem outra forma de uso do solo a não ser a pecuária. Não há outras alternativas ao gado de corte sendo desenvolvidas ou sequer estimuladas, com exceção do Projeto Vida Nova², ainda

² O Projeto Vida Nova da EMPAER encampado pela SEDEC – Secretaria Estadual de Agricultura – pretende em sua primeira etapa, denominada de “*subsistência*”, ser demonstrativo de como em 1,26 hectares é possível plantar o necessário ao sustento de uma família de 5 pessoas. O projeto tem 3 etapas, a segunda é chamada de “*econômica*”, que corresponde a demonstrar como é possível produzir para ter receita, e a terceira etapa é denominada “*gestão*” que visa fomentar a formação de cooperativas e organizações para a independência dos produtores rurais em relação à assistência do governo, de modo que já haja inclusive técnicos nos locais.

muito incipiente, pela EMPAER (Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural).

A EMPAER e o INDEA (Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso) atuam muito superficialmente no que concerne à assistência técnica agrícola. A primeira encarrega-se de auxiliar nos projetos para obtenção de crédito, trabalho pelo qual percebe uma fração do crédito liberado; e o segundo fiscaliza a aplicação de vacinas nos animais. Os trabalhos de orientação agrícola e pecuária, bem como o fomento ao manejo do cerrado, se resumem a iniciativas bem pontuais de alguns escritórios da empresa.

Tem aumentado as áreas de plantação de soja nos municípios, segundo dizem os entrevistados, estatisticamente junto à EMPAER não foi possível obter dados da progressão anual deste plantio. Muitas áreas de pasto estão sendo convertidas em plantação de soja, ocorre principalmente nas terras junto ao eixo da BR 158. De qualquer forma, a monocultura de soja já é uma ameaça ao Rio das Mortes. Por exemplo, o Rio Mureré, um importante afluente do Rio das Mortes atravessa a Fazenda Bordon, onde há extensas lavouras de soja.

Os ribeirinhos percebem a ameaça aos rios, devido ao uso de agrotóxicos que essa cultura impõe. Mas a expansão da soja não é combatida pelas prefeituras e órgãos de assistência técnica agrícola, já que figura como uma oportunidade de desenvolvimento (geração de emprego e renda, dinamismo econômico).

As associações de pequenos produtores rurais existem em quase todos os núcleos dos assentamentos, porém também em quase todos eles elas são frágeis e se mobilizam em pleitear créditos, ou melhor, legitimar a distribuição dos créditos, já que o governo criou mecanismos pelos quais a liberação do dinheiro depende de chancela dos presidentes de associações.

O sindicato de trabalhadores rurais também não tem muita força aglutinadora. Apesar de encampar manifestações recentes (como fechamento da estrada, o acampamento de sem-terras que reivindicam a desapropriação da fazenda Bordon e uma política de créditos mais eficiente) e de promover alguns cursos, conforme contaram os seus atuais presidentes, a ação maior parece ser em torno dos projetos de crédito, cujos mecanismos de liberação também envolve os sindicatos, além do auxílio em direito trabalhista.

A luta pela posse das terras foi tanta, que com o estabelecimento dos PAs e sobretudo com a emancipação municipal houve uma acomodação da situação de conflito que marcou a história do lugar. A solidariedade entre os moradores permanece, na vida da comunidade, porém as lutas são mais tímidas, pela obtenção dos créditos do Pronaf. Mesmo com a liberação do dinheiro, parece que

O projeto está sendo implantado em 8 unidades didáticas de subsistência – UDS, que são áreas demonstrativas, 7 na região do Baixo Araguaia (Luciara, Alto da Boa Vista, Canabrava, Porto Alegre do Norte, Confresa, Santa Terezinha e Santa Cruz do Xingu) e 1 na regional de Barra do Garças, em Ribeirão Cascalheira. São parceiros neste projeto o Ministério de Desenvolvimento Agrário, a FUNDAPER (Fundação de Apoio à Pesquisa Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Mato Grosso) e a EMPAER.

As próprias comunidades escolheram quem iria receber este recurso para se constituir enquanto uma UDS. São realizados cursos, ministrados pelos técnicos, para a família que está participando e para a comunidade, e também acontecem excursões à UDS.

Nos municípios em que não há UDS do projeto tem acontecido a implementação de política de assistência técnica. Os técnicos da EMPAER fizeram um levantamento do perfil dos municípios. Foram aplicados em cada um deles 100 questionários, que abordavam aspectos como saneamento, saúde, meio ambiente e produção agropecuária. Esses estudos foram apresentados para as prefeituras. Planejam que desses municípios sem UDS saiam excursões às UDS nos municípios vizinhos.

a prosperidade das famílias continuará ameaçada pela manutenção do modelo de exploração baseado na pecuária, ou pela soja que vem se impondo.

O ambiente e o modo-de-vida dos posseiros e ribeirinhos estão se sustentando com dificuldade, porém foram suas práticas ali que durante pelo menos 50 anos haviam os mantido, às pessoas e ao rio. Ao chegar ao que hoje são os Projetos de Assentamentos, mas que são as comunidades de posseiros que estão ali, reproduzindo seu modo-de-vida, sobretudo ligado à pecuária, por muitos anos sob fogo cruzado com os grandes latifundiários levados ali pelo próprio governo brasileiro, entendi o quanto o *levantamento básico* e a *mobilização* previstos no projeto eram pequenos diante deles, e quis ter levado mais. Mais alternativas às suas fraquezas, mais parceria para velhas idéias, mais informação que sanasse suas carências.

Falta nesses municípios, uma ação mais próxima e continuada. São lugares onde as necessidades são tantas que uma breve visita, e uma capacitação de alguns agentes comunitários (conforme se pretende na outra etapa do projeto) pode perder-se. Os órgãos municipais e estaduais estão muito incipientes, e a formação de um comitê de bacias em que as lideranças comunitárias tivessem papel ativo é uma preocupação que quase lhes escapa em meio às dificuldades da sobrevivência nos assentamentos da frágil reforma agrária conquistada.

Bibliografia

Davis, Shelton H.

Vítimas do Milagre: o desenvolvimento e os índios do Brasil – Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

Escribano, Francese

Descalço sobre a Terra Vermelha, tradutor Antônio Carlos Moura Ferreira – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2000.

Oliveira, Ariovaldo Umbelino de

A Fronteira Amazônica Mato-grossense: grilagem, corrupção e violência – São Paulo, SP: Tese Livre Docência, DG-FFLCH-USP, 1997.

Leonel, Mauro

A Morte Social dos Rios – São Paulo: Perspectiva: Instituto de Antropologia e Meio Ambiente: FAPESP, 1998. (Coleção Estudos; 157).

Site

www.ibge.gov.br

Outras fontes

Diversos documentos encontrados nos Arquivos da Prelazia de São Félix do Araguaia - MT